



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 328 - outubro / 2006



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

REPACTUAÇÃO: PETROLEIROS REAFIRMAM CONFIANÇA NO PLANO PETROS BD

Depois do dia 31/08, data-limite para a repactuação, o silêncio fúnebre contagiou a trilateral direções da Petrobrás, da Petros e da FUP.

Seria um silêncio da derrota, da vitória ou outro fator preocupante, uma vez que protelaram a divulgação do resultado para o dia 12/09? E por quê?

Após algumas pesquisas reservadas, não ficou dúvida de que o silêncio deles tinha origem na derrota. Mas não foi só isso. Era um choro silencioso e nervoso, que por parte da FUP, deu lugar a outra ação desastrosa, muito bem expressado no portal daquela entidade, com a seguinte manchete: "Estimativa da FUP é de que mais de 50% dos participantes repactuaram". Assim a FUP passou a explicitar claramente a tentativa de uma "virada de mesa", na pretensão de tentar esconder a derrota que os petroleiros infligiram ao triunvirato.

"Se a maioria dos participantes repactuarem (50% mais um), a FUP lutará para que o acordo seja implementado, independentemente do conceito adotado pela Petrobrás de adesão maciça. Caso a companhia concorde com a reivindicação da Federação, implementaremos o maior acordo já conquistado pela categoria e o mai-



Alê Bandeira

Categoria unida bota a repactuação pra correr, quer Plano Petros BD, para todos, e o fim dos leilões de nossas bacias sedimentares

or já realizado no sistema brasileiro de previdência complementar", disse a desorientada direção da entidade, manifestando a ousadia de pretender elevar mais o nível de desgaste da Petrobrás no malogrado processo de repactuação, uma vez que a Companhia ressaltou expressamente em diversos informativos que a adesão devia atingir 95%.

Eles foram vencidos pela verdade e pela revolta de inúmeros petroleiros que sofreram assédio moral e coação com propaganda enganosa e ameaças de toda ordem para repactuarem. Agora a FUP, derrotada, tenta uma virada de mesa, que não conseguirá, pois várias lideranças das entidades que compõem o CDPP já estão atentas ao fato e tomando as devidas providências para repelir o golpe e fazer valer a vontade dos petroleiros, u-

nidos, em defesa da Petrobrás e do Plano Petros BD. Já mostraram isto derrotando o aparato de pressão montado.

A FUP deu margem a uma ação judicial para destituir uma direção que não representaria mais a categoria, pois assinou um acordo de obrigações recíprocas, abrindo mão de direitos da categoria, sem consultá-la. Ficou a dúvida sobre a autoridade da FUP nas negociações com a Petrobrás. "É o mesmo time". Ressente-se de uma federação sindical que expresse os reais interesses coletivos dos petroleiros e não a que usa artimanhas defensoras de interesses pessoais e de seus grupos. Uma saída para isso, seria a eleição direta para a diretoria da FUP. Assim como está, comprometem o Sistema Petrobrás e, conse-

quentemente, a estabilidade energética da Nação, dado que o setor petrolífero no país tem altíssima relevância.

Petroleiros unidos contra a gula de Wall Street e Bush

"Não faz mais sentido deixar que as grandes decisões políticas sejam tomadas por uma minoria desacreditada. Elas devem ser tomadas por todos, em vista do bem comum e não de interesses particulares dos detentores do poder", disse o renomado jurista Fábio Konder Comparato, professor da Faculdade de Direito da USP, em entrevista ao sítio português "IHU On-Line". Os defensores da repactuação acharam que podiam comprar a consciência dos petroleiros com a paga de um golzinho usado, que é o que dá para comprar com os cerca de R\$ 11.000,00 (R\$ 15.000,00 – Imposto de Renda).

Continua na pag 03

MESMO PROTELANDO, "REPACTUAÇÃO" FOI DERROTADA

Ativos:
20.161 (62,28%)*

Aposentados:
16.332 (43,72%)

Pensionistas:
5.544 (49,46%)

Auxílio-doença:
32 (30,19%)

TOTAL: 42.074 (52,80%)

(*) O resultado da repactuação dos ativos é reflexo da forte pressão (corpo-a-corpo) exercida pelos gerentes.

ACESSE!



AEPET reformulou o seu portal. Além de mais dinamismo na página e diagramação para melhor aproveitamento de fotos, os leitores podem participar da enquetes. É só entrar em nossa página.
www.aepet.org.br

NÃO AO 8º LEILÃO



PSICOADAPTAÇÃO

Editorial

Segundo o Psiquiatra Augusto Cury, psicoadaptação é uma forma de a nossa mente se acostumar a coisas positivas ou negativas. Um artista pode se adaptar rápido ao sucesso de uma obra sua e buscar produzir outras. É o lado positivo, que incentiva a criatividade. Mas existe o lado negativo: os soldados nazistas se adaptaram à violência de tal forma que cometeram genocídios, inclusive com crianças judias, aos milhares; soldados de Israel têm cometido diversas atrocidades, inclusive genocídios, com os civis palestinos e os libaneses. Os soldados americanos têm feito o mesmo no Iraque (a ponto de destruir um país) e no Afeganistão. É o lado perverso da psicoadaptação dessas pessoas.

No Brasil estamos vivendo este lado perverso da adaptação a negatividades: à violência, ao crime organizado e à corrupção. As pessoas já não ficam chocadas com os bárbaros assassinatos ou com o crime organizado: narcotráfico, assaltos a bancos ou com a entrega das nossas riquezas ao capital internacional (os minérios, a Amazônia, o petróleo, a Vale do Rio Doce).

Mas, ainda mais grave, é a psicoadaptação à corrupção. Os valores éticos e morais são de profunda relevância à saúde de um país. Como o candidato Lula é o escolhido pelo governo Bush, a Rede Globo fez (mais uma vez!) uma novela voltada para reduzir a importância desses valores e, assim, salvar o candidato das graves acusações de conivência com a corrupção (vide a novela "Belíssima"). Há opções fora da monotonia PT/PSDB. Bom voto.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: Heitor Manoel Pereira

Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C.Coutinho

Administrativo: Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes

Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma

Cultural: Sílvio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M de Azevedo

Jurídico: Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamílcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates

Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macaé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon

Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães

- **S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelmo José Leão Brasil / **Brasília:**

Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Vilhena (MTb nº 15.562)

Reportagem: José C. Moutinho

Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com

Arte: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Impressão: Jornal do Commercio

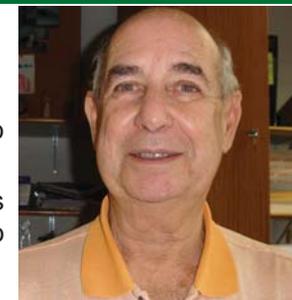
Tiragem: 25 mil exemplares

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

ONDE ESTÁ A TRANSPARÊNCIA?

Pedro Carvalho
Diretor de Pessoal da AEPET



A Petrobrás, a Petros e a FUP alardeiam que o processo de repactuação foi uma atividade transparente para os participantes.

Tal fato não foi verdade como, também, não foram verdadeiras muitas das afirmações dessas entidades relacionadas com o processo de repactuação proposto.

Vamos analisar os fatos.

Os representantes da Petrobrás e da Petros sistematicamente se furtaram ao debate franco com os representantes das Associações e dos Sindicatos que apóiam o Plano Petros BD, para todos.

Foi assim na audiência pública realizada recentemente na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), em que o presidente da Petrobrás Sérgio Gabrielli se esquivou de comparecer ou de mandar um representante da Empresa. Do mesmo modo fugiram ao debate do dia 24/08 na TV Comunitária para o qual o RH da Petrobrás foi convidado e não compareceu.

Também a empresa impediu que os representantes das associações participassem de palestras e debates nas unidades e prédios da Petrobrás.

Tal atitude autoritária não permitiu que aqueles que precisam tomar uma decisão, que afeta não só a sua vida futura a de seus familiares, ouvissem os pontos de vista contrários à proposta da Empresa.

Então perguntamos: Onde está a transparência?

No Termo de Adesão há um item em que o participante devia confirmar que foi bem informado sobre os prós e contras da proposta da Empresa.

Como alguém pode afirmar tal coisa se só estava ouvindo o que os representantes da Petrobrás queriam que eles ouvissem?

Nas reuniões ditas "de esclarecimento", patrocinadas pela Empresa ou pela FUP, quando algum assistente fazia uma pergunta cuja resposta colocava à mostra falhas ou o lado ruim da proposta, os representantes da Petrobrás, Petros ou FUP desconversavam e acabavam não dando nenhuma resposta.

Onde está a Transparência?

Recentemente, quando o conselheiro eleito da Petros, Fernando Siqueira, se preparava para atender à uma solicitação de palestra no terminal de Alemoa, em Santos (SP), foi impedido de fazer essa palestra por ordem da direção da Petrobrás.

Onde está a transparência?

Os que representaram a empresa nas palestras para os participantes não permitiram que se fizesse qualquer comentário contrário aos pontos por eles defendidos.

Nas reuniões com o pessoal da ativa onde os gerentes foram obrigados a repactuar e, para não tergiversarem depois, foram fotografados no ato de assinatura da repactuação. Foi assim na REDUC e também na REPLAN.

No recente congresso da FUP, a direção majoritária impôs, de maneira truculenta e ditatorial, dois itens para discussão: apoio à candidatura Lula e à repactuação. Não permitiram o debate da ordem do dia o que resultou na saída de diversas delegações de sindicatos que abandonaram o CONFUP, iniciando assim a dissidência com a provável criação de uma outra entidade que venha a substituir a FUP.

Onde está a transparência e a liberdade para decidir?

Todos estes fatos só provam que a tal transparência é opaca, que a proposta é prejudicial aos interesses dos participantes e que a ação correta e segura foi NÃO REPACTUAR!

CONCURSO DE MONOGRAFIAS 'CRISE DO PETRÓLEO E O ESTADO DE DIREITO'

A AEPET-SE/AL estará promovendo, de agosto de 2006 até 02 de abril de 2007, o Concurso de Monografias 'CRISE DO PETRÓLEO E O ESTADO DE DIREITO', que visa promover a conscientização da importância estratégica do petróleo no dia-a-dia do Estado brasileiro e do cidadão.

A AEPET-SE/AL informou, também, que o concurso propõe mobilizar os estudantes universitários de Aracaju, e de todo Estado de Sergipe, para pesquisarem o assunto, a fim de sistematizar os desafios futuros à nossa sociedade, contribuindo para soluções criativas e modernas, por meio das monografias. Confira toda a programação e instruções abaixo.

Local: Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET/SEAL)

Rua Pacatuba, 254, sala 1203, Edifício Paulo Figueiredo

CEP:- 49.010-150

Fone / Fax: (079) 3214-5073 Aracaju/SE

e-mail: aepet@infonet.com.br

No sítio da AEPET (www.aepet.org.br), os interessados poderão baixar a documentação do Concurso.



REPACTUAÇÃO: PETROLEIROS REAFIRMAM CONFIANÇA NO PLANO PETROS BD

A consciência da imensa maioria de cidadãos que lutam por um Brasil soberano não tem preço. Petróleo é o que dá viabilidade ao Brasil, pelo menos até que se viabilize a energia alternativa. Seu preço é a vida da Nação. Seu preço é a soberania nacional. Portanto pode ser num grupo ideologicamente instável a ditar as diretrizes maiores daquela que é uma das maiores empresas petrolíferas do mundo – a Petrobrás –, em detrimento dos interesses da nação e do povo brasileiro. A máscara caiu. Triunfaram os petroleiros nacionalistas e conscientes.

Os aguerridos petroleiros que integram o CDDP, a FENASPE e as demais entidades sérias que defendem a categoria, demonstraram não estar precisando de engodo nenhum, mas sim, de dignidade e respeito para com eles, com o Sistema Petrobrás e com o Monopólio Estatal do Petróleo, que nunca deixaram de enfatizar nas teses defendidas, e souberam ganhar os corações e confianças da imensa e respeitável categoria.

Os participantes deram um rotundo “NÃO” ao escandaloso “Termo de Adesão”, que demonstrou ser obra de entreguistas e seus serviços que não entendem a categoria, não conhecem seus sonhos e ideais. Na verdade não são petroleiros. E mais: demonstraram que não estavam nem aí para tais anseios, e, sim, para os anseios dos 49,5% de acionistas da Petrobrás em Wall Street.

A categoria acreditou nas orientações da AEPET e demais entidades que compõem o CDDP, ou seja, jogaram no arquivo morto aquela caríssima papelada. Teve ainda os que jogaram no lixo e queimaram. O que foi compreensível, dado o tamanho da ofensa que foi o “Kit da Morte”, a pressão espúria (assédio moral) e a coação exercida pela trilateral sobre os petroleiros. PPV, migração, acidente da P-36, unidades de negócios, Petrobrax, Petros 2, repactuação, leilões das nossas bacias sedimentares, exportação de petróleo, terceirização, entre outros, são artimanhas oriundas do Consenso de Washington. É

bom que se repita isso quantas vezes forem necessárias.

Nesse sentido, se explica o inferno vivido pelo Governo Lula atualmente no estratégico setor petrolífero, entre outros, por ter cometido o erro grosseiro de ter se submetido aos interesses de Washington e não aos interesses brasileiros. Ele até fez questão de, no atual horário eleitoral, mostrar sua imagem apertando a mão ensanguentada do presidente petrocastrense George W. Bush, que o quer reeleito, por fazer o mesmo entreguismo de FHC, mas com apoio e a neutralização/cooptação dos sindicatos, neo-pelegos. Por isso, continuamos assistindo as tristes cenas de tentativas de quebra da integridade do Sistema Petrobrás.

Se os 49,5% de acionistas norte-americanos da Petrobrás não suportam ouvir a expressão “bem-estar social” no seu próprio país, que dirá aqui. Mas os defensores da repactuação acham que é possível acordo com essa gente. A cada derrota que o Consenso de Washington sofre, emenda uma outra artimanha com o fito de aprofundar a privatização/desnacionalização disfarçada da estatal brasileira, ainda em curso.

Saudamos a direção da Petrobrás por ter reconhecido a inviabilidade da proposta de “repactuação”, através do seu “Informativo RH”, edição 31, de 11/09/06. No entanto lamentamos que a Companhia insista no processo de implantação do Petros 2 para os empregados sem plano, pois a decisão mais acertada é a reabertura do Plano Petros BD, para todos, que foi fechado ilegalmente. Lamentamos, também, o fato da empresa manifestar, no mesmo informativo, que “as questões judiciais constantes na proposta da Petrobrás continuarão tramitando na justiça”. A carta da AEPET em tréplica àquela assinada pelo chefe de Gabinete, em nome do presidente, explicita a fragilidade dos argumentos deles: usaram um decreto do Governo Collor como

base para defender a tese da cobrança aos participantes, de 50% de eventuais déficits.

Um erro grosseiro. O Governo Lula tem permitido que tudo isso aconteça no setor petróleo, o mais estratégico para a sobrevivência do Brasil como Nação soberana. Permite que o diretor-geral da ANP, Haroldo Lima (PCdoB-BA) determine que a Petrobrás não possa adquirir as áreas promissoras que deseja, como a Bacia de Campos, no 8º Leilão da ANP. É uma discriminação absurdamente entreguista.

O Governo Federal tem permitido, através dos leilões da ANP, a evasão do nosso parco e estratégico ouro negro e da nossa auto-suficiência para atender à máquina de guerra chamada Estados Unidos da América do Norte (não o verdadeiro EUA, mas sim aquela camarilha de petrocastrenses que tanta infelicidade está espalhando pelo mundo, hoje comandada por George W. Bush). “Todos aqueles que tentaram se impor pela força mancharam a história e se tornaram uma lembrança asquerosa para as pessoas” (Augusto Curi - “Mestre dos Mestres”).

Outro erro estratégico do presidente Lula, foi ter permitido que a alta-gerência da Petrobrás fosse escolhida pelo critério da militância e não pelo critério da competência.

Por essa razão, esses “gerentes” mantiveram no segundo escalão os nomeados pelo Governo FHC, que são os que comandam as decisões da empresa. Segundo informou a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Petrobrás, a companhia gastou, com eles, no período de abril de 2006 a março de 2007, R\$ 7.080.000,00 (sete milhões e oitenta mil reais), incluído, no caso da Diretoria Executiva, honorários mensais, gratificação de férias, gratificação de natal (13º salário), bem como participação nos lucros da empresa. Por estas e outras, idolatravam Reichstul.

Elegeram para o Conselho de Administração da Petrobrás o magnata Jorge Gerdau, que tomou decisões relevantes na

Petrobrás, contribuindo em muito para o péssimo clima organizacional que vive a Companhia. Esse grupo manda e desmanda na Petrobrás; insiste na nefasta política de terceirização; está encurtando a vida de nossas reservas de petróleo; está deteriorando o clima organizacional da Companhia; discriminando os novos funcionários quando não lhes permitem, ilegalmente, ingressar no Plano Petros BD; estão comprometendo a sobrevivência da memória técnica da Petrobrás, quando tentam, por diversas vezes derrubar o Petros BD, em atendimento aos acionistas de Wall Street, o que faria com que a Companhia passasse a ser uma treinadora de mão-de-obra para empresas estrangeiras.

E o descuido do Governo Lula com a soberania brasileira não fica só no setor petróleo. O Projeto de Lei 4776, já aprovado no Congresso, entrega 40 mil hectares da Amazônia para empresas estrangeiras explorarem as riquíssimas reservas de minérios estratégicos e das reservas da biodiversidade lá existente, além de abrir imensas áreas para o criminoso plantio da soja transgênica. O Governo Lula entregou, também, a Câmara de Desenvolvimento de Energia (Biomassa) ao comando do cartel estrangeiro (Cargill, ADM e Monsanto), que comercializarão o farelo de soja, ficando o óleo como subproduto. Assim, elas massacrarão os pequenos produtores de biodiesel. Tal fato torna uma falácia o discurso de apoio à agricultura familiar.

Por tudo isso, os petroleiros não vêem outra solução a não ser a depuração das suas representações sindicais e o fortalecimento da unidade na defesa da Soberania Nacional, do Sistema Petrobrás, do respeito aos petroleiros e ao povo brasileiro.

Até o fechamento desse boletim, tudo indicava que o resultado ficaria em torno de 50%, devido a desinformação e ao corpo gerencial alinhado a alta-gerência da Petrobrás, que proibiu os quatro conselheiros independentes, eleitos, de falar para o pessoal da ativa, levando os dados mais consistentes.

Agora é ampliar a união da categoria em torno do:

- MELHOR PLANO DE PREVIDÊNCIA EXISTENTE
- O PLANO PETROS BD, para todos
- Pelo FIM DOS LEILÕES DAS NOSTRAS BACIAS SEDIMENTARES
- PELA RETOMADA DO MONOPÓLIO DO PETROLEO e RENACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DOADAS AOS NORTE-AMERICANOS E
- REESTATIZAÇÃO DA VALE
- PELA PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA
- E PELA SOBERANIA NACIONAL.

ASSISTA!



O ciclo de palestras “Pensando o Brasil” está sendo transmitido no horário do programa “Debate Brasil” segue abaixo as próximas palestras a serem veiculadas:

Para saber os dias e horários da veiculação em sua cidade acesse www.aepet.org.br ou entre em contato com a AEPET - 21 2533-1110 falar com Alessandra



Para receber nosso jornal eletrônico diariamente acesse o portal da AEPET e clique em “Boletim Diário” para solicitar a nossa assessoria de comunicação.



PENSANDO O BRASIL: ALTERNATIVAS POLÍTICAS

Agora os organizadores do “Pensando o Brasil” querem levar os resultados do ciclo de palestras ao conhecimento da sociedade brasileira, que poderão organizar descontraídos ciclos de discussões com familiares e amigos

O Ciclo de Palestras ‘Pensando o Brasil’ foi encerrado no dia 31/08, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com o Balanço e Conclusões’, com o economista João Paulo de Almeida Magalhães; com o engenheiro Raymundo de Oliveira; com o presidente da AEPET, Heitor Manoel Pereira; e com o presidente da ABI, Maurício Azedo.

O jornalista Maurício Azedo, disse que “a ABI se sente muito distinguida pelo convite de contribuir com a organização do Pensando o Brasil”. Ele disse que o papel da ABI foi proporcionar a área física para a realização dos debates, que foi uma iniciativa dirigida a provocar a reflexão das questões nacionais. “O Brasil precisa recuperar sua identidade nacional. Assim a ABI cumpriu com o seu papel estatutário, ou seja, contribuir na luta pela independência econômica e cultural do Brasil. Foi aqui na ABI que começou a campanha ‘O Petróleo é Nosso’, através de vários patriotas que lutaram para que o

nosso petróleo fosse utilizado para o bem da Nação brasileira”, ressaltou o presidente da ABI.

O presidente do Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED/CORRECON), João Paulo de Almeida Magalhães, ressaltou que o Brasil precisa crescer a taxas mais substanciais, em torno de 7% ao ano, sair do patamar de 3%, hoje. Ele cita como bons exemplos a China (8%), Índia (7%), Rússia (7%) e a nossa vizinha Argentina. Para tanto, ele asseverou que o Brasil precisa pensar com sua própria cabeça, coisa que não tem feito a cerca de 25 anos – longo período de índices de crescimento pífios, que não foram suficientes para aquecer o mercado interno, e muito menos externo. Ele sugere que o país cresça aceleradamente aos níveis de 7% ao ano e substitua a atual política de curto prazo, muito calcada nas teses financeiras do “Consenso de Washington”, por uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo

através de incentivos pelo Governo Federal à criação de em

presas nacionais competitivas.

O engenheiro Raymundo de Oliveira ressaltou que o Brasil “necessita de um projeto de longo prazo. O Brasil precisa trabalhar com projetos. O ser humano tem uma características de pensar o seu trabalho antes de executá-lo”. Ele lembrou, ainda, que os governos, a partir de Getúlio Vargas, ao contrário dos atuais governos, tiveram projeto para o Brasil.

O presidente da AEPET, Heitor Manoel Pereira, agradeceu a todas as entidades organizadoras do evento, além do público presente, e propôs que o material resultante das palestras tenham como destino as entidades de diversas classes sociais, notadamente as famílias dos trabalhadores, para elevar o nível das discussões dos temas nacionais.

GRUPOS DE FAMILIARES E AMIGOS

As entidades organizadoras

do “Pensando o Brasil”, por estarem preocupadas com a ausência de um projeto para um Brasil Soberano e Independente, resolveram coordenar esses ciclos de palestras sobre temas realmente relevantes para o País.

O objetivo é promover esforços para dar oportunidade à sociedade de debater temas relevantes, e não ficarmos restritos aos assuntos referentes aos casos dos parlamentares “sanguessugas”, “mensaleiros”, “marimbondos”, entre outros. Sugestão: quem estiver preocupado com essas questões e queira organizar grupos de familiares e amigos para discutir os temas expostos no “Pensando o Brasil”, pode fazê-lo a partir de 3 ou 4 pessoas, na base da descontração, salgadinhos e bebidas, que os promotores do ciclo comparecerão.

O “Pensando o Brasil” teve como patrocinadores: CORECON-RJ, ABI, AEPET, AFBNDES, CED, AMBEP, SINDIPETRO-RJ, SINDIPETRO-CAXIAS.

Apoio: AEERJ, FEBRAE, SEAERJ, SENGE-RJ e SINDICON.

8º LEILÃO DISCRIMINA PETROBRÁS

Ruy Gesteira
Diretor de Administrativo

A ANP programou para os dias 28 e 29/11/06, a realização da 8ª Rodada de Licitações das bacias sedimentares brasileiras, a quarta no Governo Lula. Ela dará ênfase à áreas potencialmente portadoras de gás nas Bacias de Santos e do Espírito Santo.

Mais uma vez estão sendo desprezados os interesses estratégicos do país. As reservas atuais garantem a nossa auto-suficiência apenas por quatro anos, segundo declaração do diretor-geral da ANP, Haroldo Lima (PCdoB-BA). A Lei 9478/97, que rege os leilões, nos seus artigos 26, 29 e 60, respectivamente, dá a posse do petróleo extraído do subsolo nacional às empresas concessionárias; permite a transferência do contrato de concessão de uma empresa para outra, facilitando assim a participação de empresas “laranjas” a serviço das multinacionais nas licitações; e permite a exportação do nosso petróleo.

Nesse sentido, é fácil concluir que, após quatro anos, voltaremos à condição de importadores de petróleo, sobretudo das companhias que aqui estiverem operando.

Mais graves são as declarações de outro diretor da ANP, Nelson Narciso, veiculadas pela imprensa de que a participação da Petrobrás deve ser limitada para que se evite a volta ao monopólio.

Preocupante, também, são as declarações do diretor Haroldo Lima defendendo a antecipação da realização da 9ª Rodada para o primeiro trimestre de 2007, sob o pretexto que é importante incorporar novos volumes às reservas existentes para sustentar a auto-suficiência por um tempo maior que os quatro anos acima mencionados. Isto seria verdade se: (1) Não houvesse a obrigação de produzir o petróleo encontrado para que não seja retomada pela ANP a posse do bloco portador de petróleo; (2) A permis-

são para exportação do petróleo produzido. Até a Petrobrás está enquadrada nesta Lei e será obrigada a exportar o petróleo excedente.

Enquanto isso, o preço do petróleo no mercado internacional continua em alta, na média de US\$ 70 o barril. Será por causa da guerra no Iraque? Será especulação? O que será? O que acontece com o consumo?

Na China, na Índia, na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, entre outros, o consumo não para de crescer. As reservas internacionais há algum tempo estão em queda, o que tem demandado esforços por parte de alguns especialistas no assunto. Eles afirmam que não se deve esperar por aumento das reservas, pois a produção está próxima de atingir o pico máximo e iniciar a fase de declínio.

Segundo os defensores das leis do mercado, quando a oferta de um produto cai seu preço aumenta. E se a procura por um produto aumenta seu preço au-



menta. Portanto, é lógico se prever o contínuo aumento no preço do petróleo.

Por outro lado, não podemos mais continuar ignorando a importância do valor estratégico do petróleo, que é a base de toda a economia mundial. Não é por outro motivo que guerras estão sendo travadas, países sendo ameaçados e invadidos.

Enquanto isto o Brasil, sem que para tal sofra qualquer tipo de pressão ou constrangimento, entregue na bacia das almas o seu petróleo. Os que hoje estão cometendo esta vilania entrarão para a nossa história como os Joaquim Silvério dos Reis dos séculos XX e XXI.

